



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA

Estado de São Paulo

GABINETE DO PREFEITO

0056

LEI N.º 196 DE 18 DE SETEMBRO DE 2.001

“Institui normas que regulam as relações de trabalho dos Servidores Públicos Municipais regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – C.L.T., reorganiza o Quadro de Servidores Municipais da Administração Pública, reenquadrando-os e dá outras providências”.

ANTENOR ALVES MARTINS, Prefeito Municipal de Pracinha, usando de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou na 14.^a Sessão Ordinária realizada no dia 17 de setembro de 2.001, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1.º - As relações de trabalho dos Servidores Públicos Municipais celetistas de Pracinha e o Quadro de Pessoal da Administração Pública Municipal obedecerão a classificação e serão constituídos na conformidade das normas e demais disposições estabelecidas na presente Lei.

Artigo 2.º - O regime jurídico adotado pela Administração Municipal é o celetista, a ser regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – C.L.T. e a legislação complementar.

Artigo 3.º - O plano de classificação dos empregos aplica-se à todos os servidores públicos municipais.

Artigo 4.º - A composição e a forma de vencimento e de remuneração dos Servidores do Quadro de Pessoal da Administração Pública Municipal são as constantes da presente Lei.

Artigo 5.º - Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I – Emprego Público – a posição instituída na organização do funcionalismo criado por Lei, em número certo e com denominação própria, necessário ao desempenho das atribuições do serviço público, ao qual corresponde um vencimento;

II – Servidor Público – a pessoa legalmente investida e ocupante de emprego ou cargo público, independente da natureza do seu vínculo com a administração municipal, seja no regime estatutário, seja no da Consolidação das Leis do Trabalho – C.L.T.;

III – Empregado Público ou Servidor Público Celetista – a pessoa admitida para ocupar emprego público, de provimento efetivo ou em comissão sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho – C.L.T.;

IV – Quadro Geral de Pessoal – o conjunto de empregos que integram a estrutura administrativa funcional da Administração Pública Municipal;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA

Estado de São Paulo

GABINETE DO PREFEITO

0057

V – Referência – o número indicativo da posição do emprego na escala básica de vencimentos.

VI – Grau – é a letra indicativa do valor progressivo da referência;

VII – Padrão – é o conjunto da referência e grau indicativo do vencimento do servidor;

VIII – Vencimento – a retribuição pecuniária básica fixada em Lei, paga mensalmente ao servidor público pelo exercício do emprego correspondente ao padrão; e

IX – Remuneração – o valor do vencimento acrescido das vantagens funcionais e pessoais, incorporadas ou não, percebidas pelo servidor.

CAPÍTULO II DO QUADRO DE PESSOAL

Artigo 6.º - O Quadro Geral de Pessoal da Administração Pública Municipal é constituído pelos empregos indicados nos seguintes anexos que integram esta Lei:

I – Anexo I – empregos públicos de provimento em comissão; e

II – Anexo II – empregos públicos de provimento efetivo.

Seção I

Dos Empregos Públicos de Provimento em Comissão

Artigo 7.º - Ficam mantidos, red denominados ou criados, os empregos públicos de provimento em Comissão, nas quantidades, denominações e referências especificadas sob o título de situação nova do Anexo I, parte integrante desta Lei, sendo aplicado aos mesmos, para efeitos previdenciários, contribuição ao INSS, na forma da Emenda Constitucional n.º 20.

Parágrafo único – As vagas criadas no Anexo I, existentes também no Anexo II, só poderão ser preenchidas após serem extintas por vacância do Anexo II.

Artigo 8.º - Os empregos públicos de provimento em comissão são de confiança, de livre nomeação e dispensa pelo Prefeito Municipal, obedecidos os requisitos mínimos para preenchimento.

§ 1.º – A escolha dos ocupantes dos empregos de provimento em comissão deverá recair, preferencialmente, sobre os servidores do quadro, detentores de empregos efetivos.

§ 2.º – Os servidores detentores de emprego em comissão deverão ser dispensados ao final de cada mandato, salvo se dispensado ou se solicitar demissão anteriormente.

§ 3.º – Os auxiliares diretos do Prefeito farão declaração de bens no ato de posse e no término do exercício.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA

Estado de São Paulo

GABINETE DO PREFEITO

0.0058
V

Artigo 9.º - Ao servidor público municipal detentor de emprego de provimento efetivo que vier a ocupar, transitoriamente, emprego de provimento em comissão, será devido vencimento equivalente ao deste, enquanto permanecer nessa situação, acrescido de todas as eventuais vantagens pessoais inerentes ao seu emprego efetivo e a que teria direito, se nele permanecesse.

§ 1.º - Poderá o servidor público municipal que vier a ocupar emprego em comissão optar pelo vencimento de seu emprego de origem.

§ 2.º - Todo servidor público que vier a ocupar emprego em comissão, terá resguardado o direito de retornar ao seu emprego de origem.

Seção II Dos Empregos de Provimento Efetivo

Artigo 10 - Ficam mantidos, red denominados ou criados, os empregos públicos de provimento em caráter efetivo, a serem preenchidos mediante aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme determina a Constituição Federal, somente quando existir vaga desocupada, nas quantidades, denominações e referências especificadas sob o título de situação nova do Anexo II, parte integrante desta Lei.

Seção III Das funções Gratificadas

Artigo 11 - Ficam criadas as funções gratificadas, constantes do Anexo III da presente lei, na estrutura da Administração Pública Municipal.

§ 1.º - A designação para o exercício das funções gratificadas são de livre escolha e dispensa pelo Prefeito Municipal, desde que recaia sobre os servidores públicos municipais ocupantes de empregos de natureza permanente.

§ 2.º - É vedada a acumulação remunerada de funções gratificadas.

Artigo 12 - O servidor público durante o exercício de função gratificada, perceberá o vencimento constante do Anexo III por mês, em sentido estrito, enquanto perdurar a designação.

Parágrafo único - Fica vedado o recebimento da remuneração pelo trabalho extraordinário, no exercício da função gratificada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA

Estado de São Paulo

GABINETE DO PREFEITO

0059
✓

CAPÍTULO III DO INGRESSO

Artigo 13 – Os empregos públicos serão acessíveis a todos que preencham, obrigatoriamente, os seguintes requisitos básicos:

- I – ser brasileiro ou estrangeiro, na hipótese de autorização legal específica;
- II – ter 18 (dezoito) anos completos ou ser emancipado civilmente;
- III – estar em gozo de seus direitos políticos; e
- IV – gozar de boa saúde física e mental, para o exercício das funções do emprego.

Artigo 14 – Os concursos públicos de provas ou de provas e títulos, serão efetuados com observância das seguintes regras:

- I – o concurso público terá validade até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período;
- II – o prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados por Edital, que será divulgado através dos meios de comunicação locais, sempre com a devida antecedência; e
- III – é vedada a realização de outro concurso público, durante o prazo de validade do concurso anterior, sem o preenchimento das vagas existentes.

Artigo 15 – Quando da realização de concurso público, deverá ser fixada a quantidade de vagas destinadas à deficientes físicos, nos termos das Legislações específicas.

Artigo 16 – A contratação ocorrerá dentro do interesse Público, após a publicação da homologação do resultado final do concurso público.

§ 1º – O aprovado que não se apresentar dentro do prazo estabelecido, poderá pedir prorrogação do período, que será analisado pelo Chefe do Executivo.

§ 2º – O prazo máximo de prorrogação para apresentação será de 30 (trinta) dias, devidamente justificado e comprovado, período no qual também não poderá ser contratado o candidato subsequente na lista de aprovados do respectivo emprego.

§ 3º – O aprovado que não se apresentar dentro do prazo inicial estabelecido e não requerer prorrogação de referido prazo será considerado desistente para todos os efeitos legais.

Artigo 17 – O servidor público será contratado pelo vencimento correspondente à referência inicial de seu respectivo emprego.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA

Estado de São Paulo

GABINETE DO PREFEITO

0060

CAPÍTULO IV DA ESCALA DE VENCIMENTOS

Artigo 18 – A escala de vencimentos dos empregos públicos que fazem parte integrante desta Lei é a constante do **Anexo IV**.

Artigo 19 – A escala de vencimentos prevista no caput deste artigo corresponde a 22 (vinte e duas) referências, dispostas verticalmente, que segue a ordem natural dos números, representados por algarismos arábicos de “01” a “22”, contendo cada uma delas sete graus distribuídos de forma horizontal, representados por letras maiúsculas, em ordem de “A” a “G”, na forma do **Anexo IV**.

Artigo 20 – A remuneração dos servidores públicos fixada nesta lei somente poderá ser alterada por lei específica, observada a iniciativa privativa de cada poder, sendo assegurada revisão geral anual, com a participação do Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal (art. 39, C.F., com a redação da Emenda 19), ocorrendo sempre na mesma data e sem distinção de índices.

Artigo 21 – Nenhum servidor poderá perceber, vencimento inferior ao Salário Mínimo Nacional.

CAPÍTULO V DA JORNADA DE TRABALHO

Artigo 22 – A jornada de trabalho não poderá exceder semanalmente a 44 (quarenta e quatro) horas de trabalho.

Parágrafo Único – O Prefeito Municipal poderá baixar portaria estabelecendo carga horária diferenciada para cada categoria profissional e cada área de trabalho, em razão da peculiaridade dos serviços.

Artigo 23 – Serão pagas, a título de horas extras, aquelas que excederem à jornada de trabalho fixada, desde que previamente autorizadas pela autoridade municipal competente.

Artigo 24 – Os médicos, professores de educação básica (PEB-I), psicólogos, psiquiatras, odontólogos, enfermeiros e farmacêuticos, terão jornada de trabalho fixada em 20 (vinte) horas semanais, podendo optar por jornada de 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas, a critério da Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA

Estado de São Paulo

GABINETE DO PREFEITO

0061

Artigo 25 - As jornadas de trabalho de 30 (trinta), 20 (vinte) e 10 (dez) horas semanais corresponderão vencimentos proporcionais de 75% (setenta e cinco por cento), 50% (cinquenta por cento) ou 25% (vinte e cinco por cento), respectivamente, daquelas constantes do Anexo IV desta lei.

CAPÍTULO VI DO SISTEMA DE EVOLUÇÃO

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 26 - Sistema de Evolução Funcional é o conjunto de possibilidades proporcionadas pela Administração Pública Municipal, baseado nos princípios de qualificação profissional e de desempenho que assegurem aos servidores condições indispensáveis à sua evolução funcional, visando a valorização e profissionalização dos recursos humanos disponíveis, com a finalidade de assegurar a eficiência e a eficácia do serviço público no âmbito do Poder Legislativo.

Artigo 27 - A evolução funcional se processará através da promoção por merecimento.

SEÇÃO II DA PROMOÇÃO

Artigo 28 - Promoção é o procedimento através do qual o servidor passa de um grau para outro, imediatamente superior aquele em que se encontra classificado, dentro da respectiva referência, e se dará por merecimento, mediante avaliação de indicadores de seu crescimento e de sua capacidade profissional.

Artigo 29 - A promoção será realizada a cada período de 3 (três) anos, levando-se em consideração a avaliação de desempenho do período e dela participarão os servidores que tenham, no mínimo, 3 (três) anos de efetivo exercício.

Artigo 30 - A promoção do servidor será efetuada até o último dia do mês seguinte em que ele completar 03 (três) anos de efetivo exercício, valendo seus efeitos a partir do 1º dia do mês seguinte.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA

Estado de São Paulo

GABINETE DO PREFEITO

0062
[assinatura]

SEÇÃO III DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Artigo 31 – A promoção por merecimento será decorrente da avaliação de desempenho profissional do servidor.

§ 1º - A avaliação realizar-se-á anualmente devendo representar o resultado do desempenho do servidor no decurso do exercício.

§ 2º - A apuração do desempenho de cada exercício efetivar-se-á no decorrer do mês seguinte ao que o servidor completar 1 (um), 2 (dois) e 3 (três) anos de serviço.

§ 3º - Para fins da promoção por merecimento deverá ser considerada a média das três últimas avaliações.

Artigo 32 – A avaliação de desempenho será representada pelos conceitos e correspondentes pontos assinalados em Boletim ou Ficha de Merecimento, a serem estabelecidos por lei.

Artigo 33 – O servidor será avaliado por comissão especialmente constituída para essa finalidade, que exercerá as funções de Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal.

Artigo 34 – Não será avaliado o servidor que durante o ano estiver afastado do exercício do emprego por período igual ou superior a seis meses.

Parágrafo único – O servidor afastado para o exercício de emprego em comissão será avaliado nessa situação e, se for o caso, será promovido em seu emprego permanente.

Artigo 35 – O servidor afastado do exercício do emprego para desempenho de mandato eletivo não será avaliado e, conseqüentemente, não fará jus à promoção por merecimento.

Artigo 36 – Somente será promovido o servidor que obtiver pelo menos, 60% (sessenta por cento) dos pontos possíveis na média das três últimas avaliações.

Artigo 37 – A primeira avaliação de desempenho será referente ao exercício do ano de 2001 e a primeira promoção por merecimento será decorrente das avaliações do triênio 2001 a 2003.

Parágrafo Único – Como data início das avaliações, para os atuais servidores, será considerado o 1º dia do mês seguinte ao da publicação da presente lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA

Estado de São Paulo

GABINETE DO PREFEITO

00063
✓

Artigo 38 – A referida promoção e eventuais adicionais serão concedidos por Portaria do Chefe do Executivo Municipal.

Artigo 39 – O Chefe do Executivo Municipal determinará o registro no cadastro funcional dos servidores de todas as promoções e adicionais concedidos.

CAPÍTULO VII DO ENQUADRAMENTO

Artigo 40 - Os servidores serão enquadrados no Quadro de Servidores Municipais, através de portaria, observados os seguintes critérios:

I – Os Atuais servidores serão classificados nos empregos correspondentes às funções que exercem, lavrando-se as respectivas anotações nos prontuários e documentos contratuais, inclusive na Carteira de Trabalho e Previdência Social – C.T.P.S.

II – No processo de reenquadramento, não poderá haver redução do salário nominal do servidor.

CAPÍTULO VIII DAS GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS

Artigo 41 - Além do vencimento e vantagens previstas em lei, são deferidos aos servidores as seguintes gratificações, adicionais e indenizações:

I – Adicional pelo exercício de atividades insalubres ou perigosas;

II – Adicional por prestação de serviços extraordinários;

III – Adicional Noturno; e

IV – Adicional de Férias.

Seção I

Dos Adicionais de Insalubridade e Periculosidade

Artigo 42 - Os servidores que trabalharem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional.

§ 1.º - O parâmetro para a concessão desses adicionais terá como referência, o valor do vencimento de cada respectivo emprego e demais particularidades ou o Salário Mínimo Nacional, conforme definido na Consolidação das Lei do Trabalho e especialmente em seu Capítulo V – “Da Segurança e da Medicina do Trabalho”.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA

Estado de São Paulo

GABINETE DO PREFEITO

0064

§ 2.º - O servidor que fizer jus a ambos os adicionais, deverá optar por um deles, não sendo permitido o acúmulo de percepção de adicionais por insalubridade e periculosidade.

§ 3.º - O direito aos adicionais cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram origem à sua concessão e não serão incorporados aos vencimentos.

Artigo 43 - Haverá permanente controle da atividade dos servidores em operações ou locais considerados insalubres ou perigosos.

Parágrafo Único - A servidora gestante ou lactante será afastada do local de sua atividade, enquanto durar a gestação ou lactação, exercendo suas funções em local salubre e em serviço não perigoso.

Artigo 44 - Os locais sobre os quais possam recair os adicionais de que tratam esta seção, serão objeto de perícia, com laudo a ser realizado e homologado por perito do Ministério do Trabalho para efeito de pagamento mensal.

Artigo 45 - O Prefeito baixará portaria concedendo os adicionais de que trata esta seção, bem como enumerando os serviços e seus respectivos percentuais, tudo de acordo com o laudo pericial.

Seção II

Do Adicional por Prestação de Serviços Extraordinários

Artigo 46 - Serviços extraordinários são aqueles realizados fora da jornada regular de cada emprego, fixada nesta Lei, e que serão realizados quando convocados pelo Chefe da respectiva área a que pertença o servidor ou pelo Chefe do Executivo, para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas por dia.

§ 1.º - Os ocupantes de empregos em comissão ou no exercício de funções gratificadas, não terão direito ao adicional previsto neste artigo.

§ 2.º - As horas extraordinárias deverão ser objeto de rígido controle por parte da Unidade de Pessoal, que emitirá relatório mensal ao Prefeito.

Artigo 47 - Os serviços extraordinários realizados por convocação do Chefe da respectiva área a que pertença o servidor ou pelo Chefe do Executivo, serão remunerados com acréscimo de 50% sobre o valor da hora mensal de trabalho, quando realizados de segunda a sábado e 100% em domingos e feriados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA

Estado de São Paulo

GABINETE DO PREFEITO

0065

Seção III **Do Adicional Noturno**

Artigo 48 - O serviço noturno prestado em horário compreendido entre 22 horas de um dia e cinco horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 20% (vinte por cento).

Parágrafo Único - Em se tratando de serviço extraordinário, o acréscimo de que trata este artigo, incidirá sobre a remuneração prevista no artigo 27.

Seção IV **Do Adicional de Férias**

Artigo 49 - O adicional de férias a que se refere o inciso XVII, artigo 7º da Constituição Federal, será pago ao servidor em percentual correspondente a 1/3 da remuneração mensal.

CAPÍTULO IX **DAS SUBSTITUIÇÕES**

Artigo 50 - Haverá substituição no impedimento legal e temporário do ocupante de emprego de direção, chefia, encarregatura e coordenadoria, por período igual ou superior a 8 (oito) dias consecutivos.

§ 1.º - O substituto perceberá a diferença de vencimentos entre as duas situações, no grau em que se encontrar classificado.

§ 2.º - O substituto poderá optar pelos vencimentos do emprego de que é ocupante ou pelo vencimento do emprego em substituição.

Artigo 51 - Qualquer que seja o período da substituição, o substituto retornará, após, ao seu emprego de origem.

CAPÍTULO X **DA LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES**

Artigo 52 - Ao servidor, que ocupe emprego público previsto no Anexo II, após 3 (três) anos de efetivo exercício, poderá ser concedida licença para tratar de interesses particulares pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos, sem remuneração, no interesse do poder público e desde que não exista a necessidade de substituí-lo por outro servidor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA

Estado de São Paulo

GABINETE DO PREFEITO

0086

§ 1.º - A licença será concedida através da suspensão do contrato de trabalho, na forma prevista no artigo 471 da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 2.º - A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.

§ 3.º - Não será concedida licença para tratar de assuntos particulares, aos ocupantes de empregos em comissão.

CAPÍTULO XI DAS FALTAS AO SERVIÇO

Artigo 53 – Nenhum servidor poderá faltar ao serviço sem causa justificada.

Parágrafo Único – Considera-se causa justificada o fato que por sua natureza ou circunstância principalmente pela consequência no âmbito da família possa constituir escusa do não comparecimento.

Artigo 54 – O servidor que faltar ao serviço deverá justificar ao chefe do Setor de pessoal sua ausência no primeiro dia em que comparecer ao serviço, sob pena de sujeitar-se às consequências da ausência.

§ 1.º - O não comparecimento ao serviço, com exceção das faltas abonadas, permitem o desconto em folha de pagamento do dia não trabalhado, mesmo quando justificada.

§ 2.º - A justificação da falta exime o servidor das penas previstas no artigo 130 e demais da C.L.T.

§ 3.º - Não serão justificadas as faltas que excederem a 24 (vinte e quatro) por ano, não podendo ultrapassar duas ao mês. As demais, serão, obrigatoriamente, consideradas injustificadas para todos os efeitos.

§ 4.º - O Chefe do Executivo decidirá sobre a justificação das faltas até o máximo de vinte e quatro por ano no prazo de três dias.

§ 5.º - Para a justificação da falta poderá ser exigida prova do motivo alegado pelo servidor.

§ 6.º - Decidido o pedido de justificação da falta será o requerimento encaminhado ao setor de pessoal para as devidas anotações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA

Estado de São Paulo

GABINETE DO PREFEITO

0.0067
de

Artigo 55 – As faltas ao serviço até o máximo de seis por ano, não excedendo uma por mês, poderão ser abonadas por moléstia ou por outro motivo justificado, a critério do Prefeito Municipal no primeiro dia em que o servidor comparecer ao serviço.

§ 1.º – Abonada a falta o servidor terá direito ao vencimento correspondente aquele dia de serviço.

§ 2.º – A moléstia deverá ser provada por atestado médico e a aceitação de outros motivos ficará a critério, do Prefeito Municipal.

§ 3.º – O pedido de abono deverá ser feito pelo servidor no primeiro dia que comparecer ao serviço em requerimento escrito ao Prefeito Municipal, o que será regulamentado posteriormente por Decreto do Executivo.

§ 4.º – A critério da administração, o Prefeito Municipal poderá abonar no mês mais de uma falta, desde que obedecido o máximo anual estabelecido no “caput” deste artigo.

CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 56 – As denominações dos empregos e os respectivos requisitos para provimento são os constantes dos Anexos I e II da presente Lei.

Artigo 57 – Fica o poder executivo autorizado a regulamentar por Decreto as atribuições e condições de trabalho para preenchimento dos empregos públicos, bem como enviar lei complementar ao Legislativo disciplinando as formas de participação do usuário na Administração Pública, regulamentando especialmente as reclamações relativas à prestação dos serviços em geral; acesso do usuário a registros administrativos e informações sobre atos de governo e a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo do cargo, emprego ou função na administração pública.

Artigo 58 – Fica vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, sendo que os acréscimos percebidos por servidor público não serão computados para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sendo que os vencimentos dos ocupantes de cargos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV do artigo 37 e nos artigos 39, parágrafo 4.º, 150, II, 153, III e 153, parágrafo segundo, I.

Artigo 59 – É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI, do art. 37, da C.F., salvo:

- a) de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; e

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA

Estado de São Paulo

GABINETE DO PREFEITO

0068

c) de dois cargos privativos de médico.

Artigo 60 – A remuneração dos ocupantes de empregos públicos definidos nesta lei e dos demais agentes políticos e proventos, pensão ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Artigo 61 – Ficam extintos os empregos criados por leis anteriores e que expressamente não constam da presente Lei, resguardados possíveis direitos de seus ocupantes.

Artigo 62 - O descumprimento da presente Lei, sujeitará o infrator ao disposto no artigo 1º, incisos XIII e XIV, do Decreto Lei nº 201, de 27/02/67, sendo nulo o ato, com o ressarcimento ao erário público pelo beneficiado solidariamente com o infrator, além das penalidades determinadas em regular processo administrativo.

Artigo 63 – As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento de acordo com as normas legais vigentes.

Artigo 64 - Fica o Executivo Municipal autorizado a constituir uma comissão com cinco componentes, com o objetivo de proceder, periodicamente, a revisão e aplicação da presente Lei, inclusive oferecendo as sugestões necessárias à sua adaptação funcional.

Artigo 65 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as Leis n.º 149/2000, (de 05/04/2000); n.º 174/2001 (de 17/01/2001); artigos 3.º e 4.º da n.º 181/2001 (de 03/04/2001); n.º 182/2001 (de 03/04/2001) e 191/2001, (de 13/08/2001), bem como as demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA, 18 DE SETEMBRO DE 2001.


ANTENOR ALVES MARTINS
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NO GABINETE DO PREFEITO NA DATA SUPRA


ADEIR OLIVEIRA DANTA
CHEFE DE GABINETE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA

Estado de São Paulo

GABINETE DO PREFEITO

0069

ANEXO I, A QUE SE REFEREM OS ARTIGOS 6.º E 7.º, DA PRESENTE LEI. Empregos Públicos de Provisão em Comissão

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA			
Denominação do Emprego	Quant.	Ref.	Denominação do Emprego	Quant.	Ref.	Requisitos
-	-	-	Chefe de Assuntos Judiciais	01	19-A	Superior Completo, com registro na O.A.B.
Chefe de Gabinete	01	18	Chefe de Gabinete	01	18-A	Ensino Médio Completo
Chefe do Setor de Compras	01	12	Chefe do Setor de Compras	01	12-A	Ensino Médio Completo
Chefe do Setor de Tributação	01	12	Chefe do Setor de Tributação	01	12-A	Ensino Médio Completo
Coordenador da E.M.E.F.E.I.	01	12	Chefe da E.M.E.F.E.I.	01	12-A	Ensino Médio Completo
Coordenador de Estradas de Rodagem	01	11	Chefe do Departamento de Estradas de Rodagem	01	11-A	Ensino Fundamental Incompleto
Coordenador de Vigilância Epidemiológica	01	13	Chefe de Vigilância Epidemiológica	01	13-A	Ensino Fundamental Completo
Coordenador de Vigilância Sanitária	01	12	Chefe da Vigilância Sanitária	01	12-A	Ensino Médio Completo
Coordenador do Setor de Esporte e Lazer	01	12	Chefe do Setor de Esporte e Lazer	01	12-A	Ensino Médio Completo
Coordenador do Setor de Pessoal	01	12	Chefe do Setor de Pessoal	01	12-A	Ensino Médio Completo
Diretor Administrativo	01	18	Diretor Administrativo	01	18-A	Ensino Médio Completo
Diretor de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente	01	18	Diretor de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente	01	18-A	Ensino Médio Completo
Diretor de Educação e Cultura	01	18	Diretor de Educação e Cultura	01	18-A	Ensino Médio Completo
Diretor de Finanças	01	18	Diretor de Finanças	01	18-A	Superior Completo
Diretor de Obras e Serviços Urbanos	01	18	Diretor de Obras e Serviços Urbanos	01	18-A	Ensino Fundamental Incompleto



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA

Estado de São Paulo

GABINETE DO PREFEITO

0070

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA			
Denominação do Emprego	Quant.	Ref.	Denominação do Emprego	Quant.	Ref.	Requisitos
Coordenador de Planejamento	01	20	Diretor de Planejamento	01	20-A	Ensino Médio Completo
Coordenador de Promoção Humana	01	18	Diretor de Promoção Humana	01	18-A	Ensino Fundamental Incompleto
Coordenador de Saúde e Higiene	01	18	Diretor de Saúde e Higiene	01	18-A	Ensino Médio Completo
Coordenador de Turismo, Esporte e Lazer	01	13	Diretor de Turismo, Esporte e Lazer	01	13-A	Ensino Fundamental Completo
Coordenador Jurídico	01	19	Diretor de Assuntos Extrajudiciais	01	20-A	Superior Completo, com registro na O.A.B.
Assessor do Prefeito	01	15	Assessor de Governo	01	15-A	Ensino Fundamental Completo

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA

Estado de São Paulo

GABINETE DO PREFEITO

0071

ANEXO II, A QUE SE REFEREM OS ARTIGOS 6.º E 10.º, DA PRESENTE LEI.
Empregos de Provimento Efetivo

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA			
DENOMINAÇÃO DO EMPREGO	QUANT.	REFER.	DENOMINAÇÃO DO EMPREGO	QUANT.	REFER.	REQUISITOS
Agente Municipal de Saúde	02	03	Agente Municipal de Saúde	02	03-A	Ensino Médio Completo
Ajudante Geral	25	01	Ajudante Geral	25	01-A	Ensino Fundamental Incompleto
Assistente Social	02	14	Assistente Social	02	14-A	Superior Completo, com registro no CRSS
Auxiliar de Alvenaria	03	01	Auxiliar de Alvenaria	03	01-A	Ensino Fundamental Incompleto
Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	05	02	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	05	02-A	Ensino Fundamental Completo
Auxiliar de Enfermagem	04	03	Auxiliar de Enfermagem	04	03-A	Ensino Fundamental Completo
Auxiliar de Escritório	07	04	Auxiliar de Escritório	07	04-A	Ensino Médio Completo
Auxiliar de Tributação	01	09	Auxiliar de Tributação	01	09-A	Ensino Médio Completo
Chefe do Setor de Compras	01	12	Chefe do Setor de Compras (a ser extinto na vacância)	01	12-A	Ensino Médio Completo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA

Estado de São Paulo

GABINETE DO PREFEITO

0072

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA			
DENOMINAÇÃO DO EMPREGO	QUANT.	REFER.	DENOMINAÇÃO DO EMPREGO	QUANT.	REFER.	REQUISITOS
Chefe do Setor de Tributação	01	12	Chefe do Setor de Tributação (a ser extinto na vacância)	01	12-A	Ensino Médio Completo
Coletor de Lixo	05	01	Coletor de Lixo	05	01-A	Ensino Fundamental Incompleto
Coordenador de Vigilância Sanitária	01	12	Coordenador de Vigilância Sanitária (a ser extinto na vacância)	01	12-A	Ensino Médio Completo
Coordenador do Setor de Pessoal	01	12	Coordenador do Setor de Pessoal (a ser extinto na vacância)	01	12-A	Ensino Médio Completo
Coordenador do Setor de Esporte e Lazer	01	12	Coordenador do Setor de Esporte e Lazer (a ser extinto na vacância)	01	12-A	Ensino Médio Completo
Coordenador da E.M.E.I.	01	12	Coordenador da E.M.E.I. (a se extinto na vacância)	01	12-A	Ensino Médio Completo
Coveiro	01	05	Coveiro	01	05-A	Ensino Fundamental Incompleto
Desenhista	01	09	Desenhista	01	09-A	Ensino Médio Completo
Digitador	02	04	Digitador	02	04-A	Ensino Médio Completo
Eletricista	01	03	Eletricista	01	03-A	Ensino Fundamental Completo

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA

Estado de São Paulo

GABINETE DO PREFEITO

0073

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA			
DENOMINAÇÃO DO EMPREGO	QUANT.	REFER.	DENOMINAÇÃO DO EMPREGO	QUANT.	REFER.	REQUISITOS
Encarregado de Almoarifado	01	07	Encarregado de Almoarifado	01	07-A	Ensino Médio Completo
Enfermeiro	02	18	Enfermeiro	02	18-A	Superior Completo, com registro no COREN
Engenheiro Agrônomo	01	20	Engenheiro Agrônomo	01	20-A	Superior Completo, com registro no C.R.E.A.
Engenheiro Civil	01	17	Engenheiro Civil	01	17-A	Superior Completo, com registro no C.R.E.A.
Escriturário	01	11	Escriturário	02	11-A	Ensino Médio Completo
Farmacêutico	01	16	-	-	-	-
-	-	-	Fisioterapeuta	01	16-A	Superior Completo com registro no CREFITO
Fiscal Tributário	01	06	Fiscal Tributário	01	06-A	Ensino Médio Completo
Mecânico	01	09	Mecânico	01	09-A	Ensino Fundamental Completo
Médico	05	22	Médico	05	22-A	Superior Completo, com registro no C.R.M.
Merendeira	04	01	Merendeira	04	01-A	Ensino Fundamental Incompleto
Motorista de Ambulância	03	03	Motorista	02	03-A	Ensino Fundamental Incompleto

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA

Estado de São Paulo

GABINETE DO PREFEITO

0074

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA			
DENOMINAÇÃO DO EMPREGO	QUANT.	REFER.	DENOMINAÇÃO DO EMPREGO	QUANT.	REFER.	REQUISITOS
Motorista de Caminhão	03	03	Motorista	01	03-A	Ensino Fundamental Incompleto
Motorista de Ônibus	03	05	Motorista de Ônibus	02	05-A	Ensino Fundamental Incompleto
Motorista de Trator	02	03	Motorista	02	03-A	Ensino Fundamental Incompleto
Motorista de Veículos Leves	02	03	Motorista	01	03-A	Ensino Fundamental Incompleto
Odontólogo	03	21	Odontólogo	03	21-A	Superior Completo, com registro no C.R.O.
Operador de Máquina	03	09	Operador de Máquina	03	09-A	Ensino Fundamental incompleto
Pedreiro	03	03	Pedreiro	03	03-A	Ensino Fundamental Completo
Professor de Educação Infantil	05	08	Professor de Educação Infantil	05	08-A	Ensino Médio Completo
Professor de Educação Básica (PEB-I)	01	10	Professor de Educação Básica (PEB-I)	01	10-A	Ensino Médio Completo
Psicólogo	01	16	Psicólogo	01	16-A	Superior Completo, com registro no C.R.P.
Psiquiatra	01	18	Psiquiatra	01	18-A	Superior Completo, com registro no C.R.M.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA

Estado de São Paulo

GABINETE DO PREFEITO

0075

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA			
DENOMINAÇÃO DO EMPREGO	QUANT.	REFER.	DENOMINAÇÃO DO EMPREGO	QUANT.	REFER.	REQUISITOS
Técnico Contábil	01	10	Técnico Contábil	01	10-A	Ensino Médio Completo
Técnico em Agricultura	01	13	Técnico em Agricultura	01	13-A	Curso Técnico de Nível Médio e registro no C.R.E.A.
Telefonista	01	04	Telefonista	01	04-A	Ensino Médio Completo
Tesoureiro	01	15	Tesoureiro	01	15-A	Ensino Médio Completo
Visitador Sanitário	01	03	Visitador Sanitário	01	03-A	Ensino Médio Completo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA

Estado de São Paulo

GABINETE DO PREFEITO

0076

ANEXO III DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS, A QUE SE REFERE O ARTIGO 11 DA PRESENTE LEI

DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE	REFERÊNCIA
Encarregado de Jardinagem e Produção de Mudas	01	05
Encarregado da Limpeza Pública	01	05
Encarregado de Acervo da Biblioteca	01	13
Encarregado da Frota Municipal	01	13
Encarregado de Planejamento	01	13



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA

Estado de São Paulo

GABINETE DO PREFEITO

0087

ANEXO IV, DA ESCALA DE VENCIMENTOS A QUE SE REFERE O ARTIGO 18, DA LEI PRESENTE LEI.

REF.	GRAU						
	A	B	C	D	E	F	G
01	243,76	255,94	268,13	280,32	292,51	304,70	316,88
02	247,50	259,87	272,25	284,62	297,00	309,37	321,75
03	261,29	274,35	287,41	300,48	313,54	326,61	339,67
04	264,00	277,20	290,40	303,60	316,80	330,00	343,20
05	302,91	318,05	333,20	348,34	363,49	378,63	398,78
06	308,00	323,40	338,80	354,20	369,60	385,00	400,40
07	330,99	347,53	364,08	380,63	397,18	413,73	430,28
08	340,93	357,97	375,02	392,06	409,11	426,16	443,20
09	352,00	369,60	387,20	404,80	422,40	440,00	457,60
10	361,70	379,78	397,87	415,95	434,04	452,12	470,21
11	383,72	402,90	422,09	441,27	460,46	479,65	498,83
12	444,83	467,07	489,31	511,55	533,79	556,03	578,27
13	501,60	526,68	551,76	576,84	601,92	627,00	652,08
14	615,75	646,53	677,32	708,11	738,90	769,68	800,47
15	672,85	706,49	740,13	773,77	807,42	841,06	874,70
16	715,00	750,75	786,50	822,25	858,00	893,75	929,50
17	780,01	819,01	858,01	897,01	936,01	975,01	1.014,01
18	827,51	868,88	910,26	951,63	993,01	1.034,38	1.075,76
19	959,31	1.007,27	1.055,24	1.103,20	1.151,17	1.199,13	1.247,10
20	1.112,12	1.167,72	1.223,33	1.278,93	1.334,54	1.390,15	1.445,75
21	1.367,77	1.436,15	1.504,54	1.572,93	1.641,32	1.709,71	1.778,10
22	2.008,57	2.108,99	2.209,42	2.309,85	2.410,28	2.510,71	2.611,14